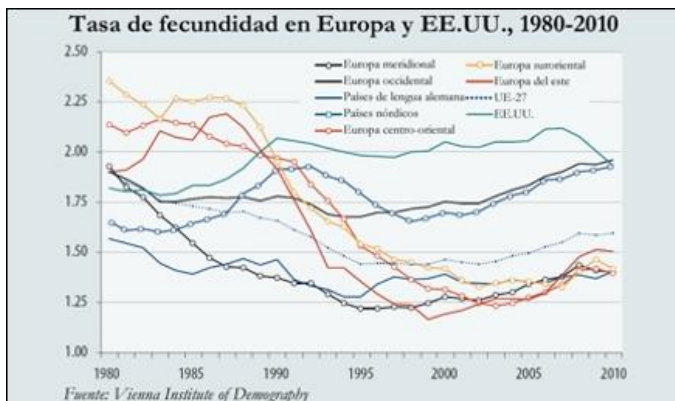


A fecundidade europeia deixa de subir

Ao ter sido tão assumido que, na Europa, a fecundidade vai baixando, talvez não nos tenhamos dado conta de, na realidade, ela estar a subir desde 1998. Mas, depois de 2008, o declínio foi retomado e, além disso, juntou-se a ele um país como os Estados Unidos, que era a grande exceção à fraca natalidade no Ocidente. A causa aparente desta mudança de tendência é a crise económica, e é digno de nota que o efeito tenha sido tão rápido.

De 1998 a 2008, a Europa registou uma subida geral da fecundidade, a qual nos países nórdicos havia começado antes (ver gráfico publicado na “Aceprensa”). Era a primeira vez que acontecia tal coisa desde os anos sessenta. O aumento foi maior nos países que tinham baixado primeiro. O máximo aconteceu na Dinamarca, que havia tido o seu mínimo em 1983, com 1,37 filhos por mulher e, em 2008, chegou a 1,89.



Mais significativo é que outros catorze países recuperaram 0,3 filhos por mulher, ou mais, a partir dos seus respetivos mínimos, os quais, na maior parte dos casos, se observaram nos anos noventa. Neste grupo figuram cinco ocidentais, outros dois nórdicos e sete da antiga Europa comunista. Por exemplo, a Espanha passou do seu mínimo de 1,15 filhos por mulher em 1998, para 1,46 dez anos depois.

Em termos absolutos, a subida até 2008 foi modesta, menos de 0,5 em quase todos os casos. Mas em termos relativos situou-se em cerca de 20%, e significou cobrir uma grande parte do que separava cada país do limiar de substituição (2,1

filhos por mulher). De facto, em 2008, dois países europeus, Islândia e Irlanda, tinham voltado a alcançar o limiar, e outros quatro (França, Noruega, Suécia e Grã-Bretanha) estavam acima de 1,9. E o número de países com taxa muito baixa, menos de 1,3, passou de 16 em 2002, para apenas um (Letónia) em 2008.

Filhos adiados

O panorama descrito foi estudado pelos demógrafos John Bongaarts (Population Council) e Tomáš Sobotka (Instituto de Demografia de Viena) num trabalho (J. Bongaarts, T. Sobotka, “Demographic explanation for the recent rise in European fertility”, European Demographic Research Papers 4/2011) que propõe uma explicação. Os autores analisam apenas os fatores demográficos, sem entrar nos sociais (políticas familiares, situação económica...). A sua hipótese é que a subida da fecundidade se deve na sua maior parte a ter-se moderado o atraso da maternidade.

A média etária das mulheres que dão à luz pela primeira vez aumenta, na Europa, desde há uns quarenta anos. Em 1970, a média continental estava em torno dos 23 anos, e agora está nos 28. Embora o adiamento não tenha cessado, desde o ano 2000 que é claramente mais lento: as mulheres mais jovens já não adiam tanto os filhos, enquanto outras começaram a ter os filhos que tinham deixado para mais tarde.

A recuperação de fecundidade que assim se processa será mais ou menos sólida, consoante o que ocorra depois do primeiro parto. Bongaarts e Sobotka examinam em pormenor quatro países (Espanha, Holanda, República Checa e Suécia) e verificam que a subida se deve sobretudo às mães do primeiro filho, como era de esperar, mas não no mesmo grau. Na República Checa e na Suécia, as mães que o são pela segunda vez ainda dão uma contribuição significativa; na Holanda, não têm contribuição relevante e, em Espanha, fazem baixar a média. A Espanha apresenta, além disso, o índice mais baixo de nascimentos de terceiros e quartos filhos, neste último caso empatada com a República Checa.

Muito sólida não parece ser a recuperação, visto que se interrompeu nos últimos tempos. De 15 países europeus que fizeram estimativas de fecundidade para 2011, 11 registam descidas relativamente a 2008. A Noruega baixa de 1,95 para 1,88; a Espanha, de 1,46 para 1,38, e a Dinamarca, de 1,88 para 1,76. Grande novidade é que o fenómeno alcançou os EUA, que antes superava toda a Europa. A taxa norte-americana, que chegou a 2,12 em 2007, está em 1,9, abaixo da França (2,01) e da Grã-Bretanha (1,98), que subiram um pouco desde 2008.

Supõe-se que a crise económica é o que mais influiu na descida. Por um lado, vários países perderam população imigrante, que tinha uma fecundidade mais elevada e vinha a contribuir para uma parte importante do crescimento vegetativo europeu. Por exemplo, após duas décadas com forte imigração, em 2011, a Espanha registou um saldo migratório negativo de -50.000 pessoas (40%, devido à saída líquida de espanhóis).

Assim, onde a natalidade depende em grande parte dos imigrantes, é muito sensível à situação económica. Os anos de prosperidade de antes de 2008 talvez nos tenham feito esquecer que as pessoas não emigram, em geral, para toda a vida. Na Grã-Bretanha, que continua a ter saldo migratório positivo (mas em 2011 com 14% menos do que em 2010), mais de dois terços dos estrangeiros que abandonaram o país, nesse ano (2010), haviam permanecido menos de cinco anos, segundo um estudo da Universidade de Oxford. Nem todos seriam estudantes.

Também se verifica o facto de a fecundidade ser mais sensível às vicissitudes da economia se depender muito da média etária das mães, como, com efeito, acontece. E a crise atual está a anular a principal causa da última recuperação, assinalada por Bongaarts e Sobotka. Como o desemprego e a incerteza económica dificultam o estabelecimento de novas famílias, o atraso da maternidade acelerou. Em Espanha, a média etária das mulheres ao dar à luz subiu muito pouco, de 30,79 para 30,83 anos, entre 2002 e 2008, e depois chegou a 31,32.

A contrapartida é que a fecundidade também responde às políticas familiares. Medidas que facilitem o atendimento dos filhos podem travar, em maior ou menor grau, o adiamento da maternidade. A família não deve perder a prioridade quando há que repartir recursos mais escassos para os gastos sociais. A natalidade interessa a longo prazo. Quando tiver terminado a crise, ainda continuará a necessidade de resolver o problema das futuras pensões.

R. S.

À medida que se aproxima o Ano Internacional da Família 2014, promulgado pela ONU, em Bruxelas, materializa-se a ideia de que a Europa necessita de incorporar a perspetiva de família para enfrentar a crise económica e demográfica que atravessa. Na Lição Anual organizada a 25 de outubro pelo instituto de estudos The Family Watch, Pierluigi Brombo – administrador da Secção de Emprego, Conciliação e Cidadania do Comité Económico e Social da UE – explicou o que têm em comum as políticas familiares europeias mais eficazes.

As famílias europeias, referiu Brombo, encontram-se numa situação de mudança. Nenhum país da Europa alcança o limiar de substituição (2,1 filhos por mulher); recua a idade da primeira maternidade; aumenta o número de ruturas familiares, o de famílias monoparentais e o de famílias que carecem de rendimentos estáveis; também aumenta a esperança de vida, uma boa notícia que danifica o panorama se não tivermos mais filhos, ao piorar o problema do envelhecimento da população.

Os governos dos países europeus procuraram solucionar estes problemas através das políticas familiares. Os escandinavos, por exemplo, preocuparam-se em promover especialmente a igualdade entre mães e pais; a conciliação entre a vida laboral e familiar; e a reincorporação no mercado de trabalho depois da criação dos filhos pequenos.

Na Holanda, foi dado ênfase ao emprego a tempo parcial para que as pessoas tenham filhos. Em França, destacam-se as políticas de longo prazo, porque consideram que favorecer a natalidade não depende da cor política de um governo. Na Grã-Bretanha, concentram-se em tentar tirar as crianças e as famílias da pobreza...

Atender necessidades

A União Europeia, que só tem competências indiretas em matéria de família, utiliza três critérios para avaliar que políticas familiares funcionam: se são eficazes; se são aplicáveis nos restantes países; e, se são sustentáveis. Para Brombo, as melhores políticas familiares têm os seguintes traços:

- preveem mecanismos que permitem conciliar a vida laboral e familiar;
- contêm medidas adaptadas às solicitações dos pais e às necessidades dos filhos, sem conteúdo ideológico;

- incluem medidas de prevenção e luta contra a pobreza das famílias, especialmente em tempos de crise económica;
- aplicam-se de forma duradoura e permanente (não são ajudas de “tira e põe”);
- reconhecem o valor de uma vida familiar estável;
- prestam atenção às necessidades das famílias numerosas.
- Recentemente, o Comité Económico e Social da União Europeia fez várias propostas para apoiar a família na Europa. Entre outras, destacam-se as seguintes: promover a participação das associações que representam as famílias na elaboração das políticas familiares; incentivar o reconhecimento das empresas que são familiarmente responsáveis; propor que os trabalhadores possam escolher a sua idade de reforma em função das licenças que houver por motivos familiares no decorrer da sua vida laboral; promulgar o ano de 2014 como Ano Europeu das Famílias, coincidindo com o XX aniversário do Ano Internacional da Família...

150% do PIB. A taxa de dependência (maiores de 65 anos e menores de 15 por 100, de 15 para 64), passará de 11 para 42. As famílias, que até há pouco tempo eram a única segurança social para os idosos, teriam de suprir a falta de recursos. Mas o controlo da natalidade notar-se-á também neste campo, impondo a lei do 4-2-1: cada filho único terá de se responsabilizar por dois pais e quatro avós.

(Fonte: “The Economist”)

A demografia é o ponto fraco da China

O regime comunista chinês acreditou que a superpopulação ameaçava o futuro do país. O suposto remédio, uma dura política de controlo da natalidade, é a causa da verdadeira ameaça que agora pesa sobre o país. A demografia é o calcanhar de Aquiles da China, diz a “The Economist” (21.4.2012).

Em 30 anos, a fecundidade chinesa caiu de 2,6 para 1,56 filhos por mulher; a registada em Xangai, 0,6, é provavelmente a mais baixa do mundo. Em meados do século, a China começará a perder população. Mas o pior desta evolução é o rápido envelhecimento, que exigirá do país enormes recursos sem tempo para os gerar.

A média etária da população chinesa subiu de 22 anos em 1980, para 34,5 em 2010, um nível próximo do dos países mais ricos: por exemplo, nos Estados Unidos, é de 37 anos. Mas, em 2050, a China tê-los-á ultrapassado: com 49 anos, a média etária será então quase nove anos mais elevada do que nos Estados Unidos. Isto significa que um em cada quatro chineses terá mais de 65 anos.

“A China terá”, refere a “The Economist”, “inúmeros pensionistas antes de ter desenvolvidos os meios necessários para os atender”. O custo das pensões prometidas para meados do século mas sem apoio financeiro, ascende hoje a